

A potência dos testemunhos:

rompendo silenciamentos para que não se repita

Edição especial pelos 10 anos do incêndio na boate Kiss

Da “Boca do Monte” à cidade da Kiss | PG 12

Onde você estava no dia 27 de janeiro de 2013? | PG 14

O incêndio na boate Kiss, em 27/01/2013, atropelou a vida de muita gente, sobressaltou e marcou, para sempre, não somente a vida das pessoas de Santa Maria. É um incêndio que joga luz sobre as liturgias e os encargos burocráticos do Estado. A cidade, em grande parte, nega o que aconteceu e se nega a olhar para isso. O individualismo joga névoa sobre o olhar de quem não sentiu no próprio peito, na própria pele, na própria vida, no próprio afeto, a estupefação e a profundidade dessa tragédia. Quem não sentiu e não viveu a situação não tem a dimensão da reverberação disso nas vidas afetadas.

Neste ano, o CRPRS está participando das atividades que marcam os 10 anos desse desastre e essa edição da *EntreLinhas* integra esse projeto. Envolvido desde o primeiro momento, o CRPRS esteve, em 2013, na organização e suporte para o acolhimento de familiares, sobreviventes e trabalhadoras/trabalhadores que atuaram no atendimento prático à situação. É preciso acompanhar, promover e ampliar as conversações e a qualificação da atuação da Psicologia frente aos cenários de emergências e desastres.

Nossa profissão e nossa categoria são convocadas a atuar na linha de frente, diante das situações de calamidades públicas e de desastres, e nossos Conselhos (Federal e Regionais) têm o papel de orientar e promover estratégias de atuação que garantam acolhimento para pessoas afetadas por emergências e desastres, bem como orientar a categoria com protocolos de atuação nesses casos.

O que se quer com essa mobilização é a afetação de todas as gentes! Não é de individualismo que familiares e sobreviventes falando; é de solidariedade, de responsabilidade, de transformação da perda em ganho, para que isso

não se repita. É de responsabilização, para que possamos olhar e superar o sentimento de impunidade que viceja no peito, de irresponsabilidade. Isso passa pelo fazer da/o arquiteta/o, da/o engenheira/o, da/o empresária/o, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância, da/o trabalhadora/trabalhador que atua nesses espaços, do Estado, do do Judiciário. Não se trata de não superarem ou de não lidarem com as perdas e os danos vindos dessa tragédia que matou 242 pessoas e feriu mais de 600. Trata-se de evitar que aconteçam outras situações desse tipo, evitar que se mantenham funcionando espaços que não garantam a segurança de quem frequenta, evitar que um espaço de diversão seja transformado numa câmara de gás que assassina pessoas. Trata-se de dar outra dimensão para o que chamam de segurança nesses espaços, para que segurança sirva para proteger as pessoas e não para trancar as portas, para proteger o capital e a vilania de quem deseja apenas o dinheiro. Trata-se de ampliar a dimensão do fazer do Judiciário, para além do cumprimento de liturgias ou formalidades, responsabilizando quem usurpa vidas e existências e, a partir disso, garantindo a modificação efetiva desse cenário. Trata-se de produzir um sentido vital a tantas perdas, dores e tristezas. É preciso honrar a vida de tantos jovens que se foram sem chance de, por si, mantê-la!

A Psicologia trabalha com a vida e com os modos e processos de subjetivação, e, nessa seara, precisamos pensar e olhar, também, para a impunidade que permeia uma sociedade perversa e individualista; para a promoção da cultura do cuidado e da prevenção; para que desastres e tragédias que acontecem por conta da negligência e do descuido não se repitam.

Maria Luiza Diello | CRP 07/08488

Conselheira Tesoureira CRPRS

Imagens desta edição

Presente há 10 anos nas ações relacionadas ao incêndio da boate Kiss, o fotógrafo Dartanhan Baldez Figueiredo cedeu gentilmente as fotos que ilustram esta edição da revista *EntreLinhas*.

Dartanhan é professor de Física aposentado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Sua relação com a Fotografia começou em 1974. Quando era aluno de Licenciatura em Física fez dois semestres de Disciplinas de Fotografia, no Centro de Artes da UFSM. Os primeiros trabalhos científicos publicados foram materiais

didáticos para o ensino de ótica usando técnicas de Fotografia. Depois de aposentado, passou a usar a Fotografia como fotógrafo amador para dar visibilidade à cultura e aos movimentos sociais em Santa Maria. Hoje, um dos movimentos sociais que acompanha é a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVSTM). “Nas primeiras fotos publicadas sobre a Kiss caracterizei como massacre”, revela.

Seu trabalho pode ser acompanhado em: <https://www.instagram.com/baldezfigueiredo>.

Sumário

Relato de experiência	4
O legado da Kiss para a Rede de Atenção Psicossocial	
Fique atenta/o	6
Reportagem especial	7
A potência dos testemunhos: rompendo silenciamentos para que não se repita	
Reflexões	12
Da “Boca do Monte” à cidade da Kiss	
Perspectiva	14
Onde você estava no dia 27 de janeiro de 2013?	
Psicologia e pesquisa	18
Resiliência Comunitária e suas contribuições ao campo de atuação com emergências e desastres	
Dicas culturais	20
Orientação técnica	22
O trabalho voluntário e a atuação nas emergências e/ou desastres	
CREPOP	24
Referência Técnica oferece suporte na gestão integral de risco	
Agenda da Psicologia	25
Observatório de Direitos Humanos	26
Injustiça e impunidade no caso Kiss	



Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Bruna da Silva Osório Pizarro, Eliana Sardi Bortolon, Gabriel Rovadoschi Barros, Jean Von Hohendorff, Luís Henrique da Silva Souza e Marina Medeiros Pombo

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTb 11602

Estagiária de jornalismo: Giulia Victória

Edição digital, editoração eletrônica e projeto gráfico:

Moglia Comunicação Empresarial

Fotos: Dartanhan Baldez Figueiredo

Impressão: Escala Indústria Gráfica

Tiragem: 3200 exemplares

Distribuição gratuita

 crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

 [@conselhopsicologiar](https://instagram.com/conselhopsicologiar)

Comentários e sugestões:

 imprensa@crprs.org.br

O legado da Kiss para a Rede de Atenção Psicossocial



Volnei Antonio Dassoler | CRP 07/04141
Psicólogo e psicanalista

Sabrina Ludwig | CRP 07/27821
Psicóloga

Riziere Buzzatte | CRESS/RS 6208
Assistente Social

Gilson Mafacioli da Silva | CRM-RS 24685
Psiquiatra

Sob qualquer ponto de vista, o incêndio na boate Kiss em 2013 foi um acontecimento disruptivo de grande violência, com repercussão individual, coletiva e social. Num piscar de olhos, a rotina e os projetos de futuro da cidade e da sua população foram suspensos. Uma grande reação de solidariedade afetiva e material foi mobilizada indicando que, de alguma forma, todos foram afetados pelo acontecimento.

Nesse cenário, um contingente expressivo de voluntários chegou à cidade, juntando-se aos profissionais envolvidos nas ações de saúde, segurança, comunicação, religiosidade, dentre outras. Cientes da gravidade do fato e do prolongamento das consequências, em menos de 24h foi aberto um espaço de acolhimento psicossocial à comunidade e às pessoas envolvidas diretamente. Sete grupos de trabalho foram constituídos para responder à multiplicidade de demandas: acompanhamento em ritos e funerais, nos hospitais, na UPA-SAMU, apoio matricial à Atenção Básica, atendimento 24h em saúde mental, supervisão clínica e gestão.

Na época, a rede instalada de atenção psicossocial em Santa Maria não contemplava as necessidades do município e não teria condições de absorver a extraordinária demanda que surgiu. A assinatura de um termo de compromisso tripartite designou Santa Maria como o ente responsável pelo planejamento e execução de ações junto à rede de saúde mental. Com esta formalização, cria-se o Acolhe Saúde e consolida-se um projeto de trabalho clínico institucional a curto, médio e longo prazos, baseado em dois eixos: acompanhamento clínico especializado e apoio matricial na Atenção Básica.

O interesse pelas repercussões do incêndio alcançou a esfera acadêmica. Durante os primeiros anos, inúmeras pesquisas foram realizadas sobre luto, trauma, tratamento de queimados com equipe multiprofissional e gestão do cuidado no SUS, revelando a importância do tema para a formação acadêmica e educação permanente em saúde.

As/os sobreviventes conseguiram preservar a vida, mas este ganho não foi sem perdas. Isso significa dizer

que a condição de ser uma/um sobrevivente é um fardo com o qual é preciso lidar cotidianamente. O alívio de terem conseguido escapar do incêndio não é vivido em paz, ainda que se compreenda que se tratava de uma luta pela sobrevivência. Os familiares, por sua vez, sentiam culpa em meio à incredulidade, ao desespero e à revolta. Questionavam Deus, religião, Justiça, inclusive com relação a profissionais de saúde.

Gradativamente, a rotina do Acolhe Saúde foi surpreendida pelo fluxo de demandas de urgência sem vinculação com o incêndio, oriundas de diversos pontos da rede de Saúde, da Assistência Social e da Educação. A redução progressiva das usuárias/os referidos ao incêndio da boate tornou possível ao serviço receber um novo contingente de pessoas desassistidas pela rede de Saúde, cujo sofrimento estava vinculado às situações de natureza traumática.

A partir de 2015, este segmento ganha companhia de usuárias/os em quadro de luto e do contexto suicida, tornando-se a maior parte dos novos casos. Na perspectiva do modo de produção capitalista no qual vivemos e sobrevivemos, a experiência aguda de sofrimento torna-se cada vez mais frequente; ora tensionada por fatores internos (mazelas e subjetivas), ora pela determinação externa (sociedade, família, trabalho, pandemia), de maneira a desencadear uma crise de caráter breve ou longitudinal.

“Um serviço psicossocial criado a partir de um desastre tende ao desaparecimento ou à transformação, visto que sua existência é forçada por uma condição de excepcionalidade e não por uma demanda contínua”

Um serviço psicossocial criado a partir de um desastre tende ao desaparecimento ou à transformação, visto que sua existência é forçada por uma condição de excepcionalidade e não por uma demanda contínua. Assim, em 2018, o Acolhe Saúde ampliou-se e transformou-se em Santa Maria Acolhe, cadastrado no Ministério da Saúde enquanto equipe AMENT (Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental, portaria nº 3588/2017).

Com essa formalização, o serviço assumiu sua vocação de cuidado à crise e se constitui como estratégia importante na atenção integral à população que, até aquele momento, não encontrava um local de referência às suas necessidades dentro das legislações vigentes. A constatação de um vácuo das políticas públicas para a população com sofrimento moderado, e sua exacerbação convertida como urgência, se impõe já faz algum tempo, a despeito da existência de importantes estratégias, como o apoio matricial à Atenção Básica, ações de prevenção e promoção de saúde mental e qualificação de equipes especializadas.

Dessa forma, o Acolhe passa a incluir os casos de crise subjetiva relacionados ao comportamento suicida (ideação suicida, plano suicida, tentativas de suicídio), luto, situações de natureza traumática associadas às ocorrências de violência urbana e Covid-19. Atualmente, o número de pessoas vinculadas ao incêndio é bastante reduzido comparado aos primeiros anos, mas a equipe segue como referência de cuidado individual e nas manifestações conduzidas pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM).

Do desastre nasce e se modula na cidade (acompanhando as transformações dos modos de viver e cuidar no laço social contemporâneo) mais um serviço dentro da Rede de Atenção Psicossocial, uma clínica ampliada que nos convoca à problematização sensível sobre a dor, às transformações necessárias, à disposição e à luta. Como Foucault nos traz: “há momentos na vida em que a questão de saber se é possível pensar de forma diferente da que se pensa e perceber de forma diferente da que se vê é indispensável para continuar a ver ou a refletir”.

GT Kiss do CRPRS

No final de 2022, o CRPRS deu início às atividades de um Grupo de Trabalho responsável por organizar as ações que marcam os 10 anos do incêndio na boate Kiss. Foi firmado o compromisso da categoria, ao longo de 2023, para pautar o desastre de Santa Maria em diferentes espaços, engajando-se ativamente na luta pela garantia dos direitos humanos e contra a

omissão do Estado. As conselheiras do CRPRS, Silvana Maia Borges, Eliana Sardi Bortolon e Marina Pombo, o conselheiro Diego Gonçalo Moraes Gomes, a psicóloga Bruna da Silva Osório Pizarro e o psicólogo Gabriel Rovadoschi Barros, atual presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, integram o GT.

Acompanhamento da Agenda Legislativa

O Sistema Conselhos de Psicologia vem acompanhando pautas de valorização das/os trabalhadoras/trabalhadores da Psicologia. Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entregou a parlamentares o documento “Agenda Le-

gislativa do Conselho Federal de Psicologia 2023”, que destaca, dentre as mais de 400 proposições monitoradas pelo CFP, os 32 projetos de lei prioritários para a categoria.

Além do PL 1.214/2019, que estabelece jornada de 30 horas semanais, e do PL 2079/2019, que versa sobre o piso da categoria, há proposições relacionadas ao Sistema Conselhos de Psicologia, Regulamentação da Psicoterapia, Educação, Saúde, Avaliação Psicológica e Direitos Humanos.

A atuação do Conselho Federal de Psicologia junto ao Congresso Nacional conta com apoio de área técnica dedicada exclusivamente à matéria: a Assessoria Parlamentar, responsável pelo acompanhamento amplo das atividades parlamentares, a fim de monitorar tendências e também criar novos projetos. A iniciativa conta com o uso do sistema de monitoramento Inteligov, que alerta em tempo real a movimentação dos projetos em tramitação nas duas Casas Legislativas.



Acesse crprs.org.br/CFPagendalegislativa e acompanhe esse trabalho.

Comunidades Terapêuticas

Com a criação do Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas (CTs) pelo Governo Federal, o CRPRS montou um Grupo de Trabalho para avaliar a situação de CTs no estado. Inicialmente, esse GT irá mapear as CTs existentes no Rio Grande do Sul e fará um trabalho de aproximação dos Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS AD, para compreensão dos fluxos de encaminhamentos. O posicionamento da atual gestão do Conselho defende uma política de saúde mental que tenha como perspectiva o cuidado em liberdade, amparado nas diretrizes antimanicomiais da reforma psiquiátrica brasileira.



A potência dos testemunhos:

rompendo silenciamentos para que não se repita

No ano em que o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, completa 10 anos, o CRPRS destaca nesta reportagem a importância do testemunho para a Psicologia e para a construção de uma memória coletiva. Seja no desastre da Kiss, na pandemia da Covid-19, na ditadura civil-militar, no extermínio de populações e em outras situações de violências e traumas, o testemunho surge como potente ferramenta para romper o silenciamento. É preciso falar, manter a memória viva, para que não se repita.

A psicóloga **Maíra Brum Rieck** (CRP 07/14840), Psicanalista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre e do Instituto APOA, idealizadora e coordenadora do Museu das Memórias (In)Possíveis e integrante do projeto Clínica

do Testemunho, fala da importância do testemunho para a história. “O testemunho vem para dar conta dos discursos invisibilizados, o discurso dos vencidos, o discurso das margens da história oficial. Por exemplo, se os sobreviventes dos campos de concentração nazistas não tivessem tido a coragem de falar, hoje não saberíamos do genocídio ocorrido na Segunda Guerra. Se os torturados da ditadura civil-militar brasileira não tivessem testemunhado, não saberíamos dos crimes cometidos pelos militares. O mesmo acontece em casos como os crimes ocorridos nas “grandes” obras feitas pelo Estado que, em nome de um suposto desenvolvimento, destroem vidas, outros modos de existir, produzem ecocídio, etnocídios, como por exemplo, os crimes de Mariana e Brumadinho ou os da hidrelétrica de Belo Monte.”

Para Maíra, a Psicanálise tem o compromisso ético de “dar escuta e questionar a forma como nos relacionamos no espaço público e colocar no campo discursivo as vozes apagadas”. “Sabemos que o tempo em que vivemos é sempre recheado de disputas discursivas e de poderes, o que gera restos. Restos de discursos, restos humanos, pessoas que deixam de ser consideradas humanas. Ser “neutro”, portanto, é manter silenciados os que estão silenciados e manter no poder os que estão no poder. A neutralidade na nossa profissão serve aos poderosos. A psicanálise não surgiu para isso. Ao contrário, Freud era o maior questionador das amarras sociais, crítico às guerras e à aniquilação do outro. E era quem sabia escutar. Não escutava somente os sujeitos “individualmente”, sabia que os sintomas também eram criados pelo laço social e vinham denunciar a forma desse laço.”

O caso Kiss representa a continuidade de crimes cotidianos e banalizados no Brasil. “Os jovens que estavam se divertindo naquela noite em uma festa estavam sendo instrumentalizados para a geração de lucro de forma criminoso. O descaso com a segurança, a corrupção para manter aberto um lugar que deveria estar interdito, são irregularidades que matam. Estamos habituados a isso no Brasil, é normatizado o absurdo e o descaso com a vida humana. O poder público, que deveria fiscalizar, corrompe-se, muitas vezes, para manter a máquina da corrupção girando e os de sempre enriquecendo. Não consigo deixar de pensar que a instrumentalização humana se deve à invasão europeia e à escravização de humanos indígenas e negros. Somos descendentes de genocidas e não lidamos com isso. A versão atual dessa psicopatologia é a instrumentalização do outro para lucrar indiscriminadamente. Vimos isso também recentemente nas vinícolas gaúchas que escravizaram e torturaram pessoas”, afirma Maíra, reforçando a necessidade de se escutar quem “viveu a Kiss”.



“Perda de amigos, amores, sonhos, perda de si mesmo. Mesmo quem sobreviveu àquela noite, morreu naquela noite. Não voltaram a ser o que eram. Saber que se é um instrumento, um nada, um matável no mundo, saber efetivamente, no corpo, é uma experiência sem volta. É por essa razão que o veredito de culpa é tão importante. E aqui parece ter um nó entre discursos, um nó que precisa começar a ser desatado: o discurso jurídico se impõe como verdade, quando sabemos, no Brasil, que quase nunca encontramos justiça no Judiciário. Temos que entender que mesmo que os responsáveis pela boate não tenham tido a intenção de matar, eles tiveram a intenção de matar. E isso não é uma contradição. Quando escolheram brincar de roleta russa com as irregularidades da boate e torcer para que nada desse errado, eles confirmam a intenção de matar e a indiferença com a vida”, destaca Maíra.

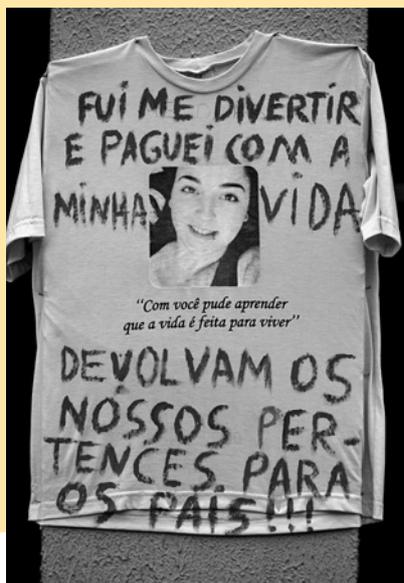
Para a psicóloga **Vanessa Solis Pereira** (CRP 07/13753), mestra em Educação, documentarista, Psicanalista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, do Instituto APPOA, do Museu das Memórias (In Possíveis, do Coletivo Testemunhos da Pandemia e do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria, “o testemunho tem a função de coletivizar a dor para que esta se torne dizível, suportável, e até mesmo esquecível”. Na medida em que alguém se põe a escutar e acolhe um testemunho, o sujeito pode ir aos poucos “se liberando” da dor que interdita. Gestos mínimos de pequenos esquecimentos se tornam possíveis apenas neste compartilhamento, uma aposta de inscrição no social, e que possibilitam um porvir, um laço com o futuro. “O que se passa aí é uma responsabilização pela memória coletiva. Vai formando-se uma rede de amparo que costura os fragmentos perdidos, tece com o outro os fios que constroem uma narrativa, uma memória. E assim podemos carregar o outro e ao mesmo tempo sermos carregados por ele.”

Na contramão da ideia de “seguir adiante” em relação à pandemia da Covid-19, surge o coletivo Testemunhos da Pandemia (saiba mais em <https://bit.ly/testemunhosdapandemia>), que pretende caminhar na direção de uma possível inscrição do luto coletivo, entendendo-o como um ato ético e político, de memória e reconhecimento. “Queremos nos dar o direito de nos enlutar coletivamente, à retomada de uma coletivização do sofrimento e das estratégias de sua elaboração. É nessa reelaboração do campo simbólico que cada

uma/um pode amarrar seu processo singular, abrir espaço para a tessitura dessa experiência tão recente e ainda inacabada, fazer registro do que ainda mal conseguimos nomear e, principalmente, emprestarmos voz aos testemunhos”, explica Vanessa.

No caso da tragédia da boate Kiss, lembrar e resgatar a memória significa lutar para que esta tragédia não se repita. “Inúmeros acontecimentos que vieram antes e depois da Kiss são impressionantemente uma repetição do acontecido: artefatos pirotécnicos proibidos em lugares fechados, o uso de espuma tóxica, superlotação, lugares mal projetados, sem a sinalização adequada que indicasse as saídas de emergência, com um número muito grande de vítimas fatais e sobreviventes.”

Para Vanessa, se não houver justiça e mudanças efetivas nas leis e regulamentos nas medidas de proteção e, principalmente, se não houver transmissão do ocorrido e compromisso coletivo com a memória, a história tende a se repetir. “O que fica calado/apagado de um trauma insiste em retornar na tentativa de uma elaboração do vivido. Retorna como inibição ou sintoma, de forma transgeracional. Por isso, esses trabalhos na cidade, nas ruas, de âmbito público, se tornam fundamentais. São eles que vão tecer o fio da transmissão de um testemunho, que vão ajudar a dar lugar à dor sem alimentá-la de forma nociva/destrutiva. A proposta é a de uma construção coletiva sobre o trauma, fazendo memória e furo no muro do descaso e do desamparo.”



A psicóloga **Caroline Santa Maria Rodrigues** (CRP 07/14315) compôs em 2013, a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, a equipe que auxiliou no suporte emocional ao desastre ocorrido em Santa Maria. A avaliação inicial teve como identificação a ação comunitária por meio de grupos de apoio voluntário, grupos de salvamento e resgate das vítimas. “Com relação ao apoio psicológico, propusemos um modelo de acompanhamento aos familiares das vítimas baseado na formação breve de psicólogas/os voluntárias/os que ali chegavam para prestar os primeiros auxílios. O objetivo foi avaliar as preocupações e demandas dos familiares, as situações de risco, as reações agudas ao estresse, a articulação com os recursos de apoio e a realização de assistência prática”, explica.

Após essa análise, os grupos se dividiram em outras frentes de trabalho e verificou-se a necessidade, junto à Secretaria da Saúde, de manter aberto permanentemente o Centro de Atendimento Psicossocial de Santa Maria e de Porto Alegre, município com grande transferência de pacientes vítimas do incêndio. “Logo que retornamos à Capital, iniciamos o processo de estruturação do Centro de Hospitalidade. Para além de um local de referência para atendimento de familiares, entendemos que este espaço deveria estar articulado com a rede local, compondo um trabalho desempenhado em equipe”, lembra Caroline.

Caroline acredita que lembrar o ocorrido é legítimo e dar voz ao luto vivenciado por todos nós. “O luto das famílias e dos amigos que perderam 242 jovens naquela noite e o luto coletivo vivido pela sociedade devido ao impacto desta tragédia marca nosso estado pra sempre. Lembrar está diretamente relacionado a lutar por justiça. Essa que a gente aguarda na esperança de que os 242 mortos não tenham partido em vão. Que a dor do luto seja legitimada e minimizada pelo reconhecimento da Justiça.”

Ligiane Righi da Silva, mãe de Andrielle, vítima da boate Kiss, reforça que esse acontecimento não pode ser esquecido. “Não podemos deixar cair no esquecimento, para que nenhuma outra família passe o que estamos passando. Lutamos, hoje, pela prevenção, para que algo mude. Os jovens têm todo o direito de sair e se divertir, mas com segurança, e é essa mudança que queremos. O lançamento da série da Netflix e a visibilidade que o caso ganhou foram benéficos para conseguirmos exigir justiça novamente. A única coisa que eu quero é que não caia no esquecimento”, afirma. Para ela, o acolhimento vem sendo a grande marca da atuação da Psicologia ao longo desses 10 anos. “Quando a gente não tá bem, tem sempre alguém por perto para conversar, desabafar.”



O psicólogo **Diego Aram Meghdessian Bedrosian** (CRP 07/35263), mestrando em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS), analisa e discute em sua dissertação os efeitos psíquicos decorrentes do genocídio armênio, realizado no ano de 1915 por parte dos turcos-otomanos.

“Penso que o testemunho surge como um caminho possível frente aos impasses colocados nas lógicas de comprovação, representação e negacionismo. Subverte a lógica perversa da historiografia positivista tradicional, que define o que é prova e o que não é, desdenhando os testemunhos. Inspirado por Seligmann-Silva, acredito que o testemunho pode abrir um novo campo ao contrapor-se aos moldes de representação. Todo testemunho é singular e é ao mesmo tempo uma

modalidade de memória. O testemunho pode abrir a possibilidade de criar formas de voz para experiências emudecidas. Implica em reposicionar a fala do sujeito e os relatos das experiências vividas em reconhecimento, o que pode constituir uma via de simbolização ou de elaboração do que foi vivenciado”, declara Diego, reforçando a importância da Psicanálise ao considerar “a singularidade sob o risco de negligenciar a experiência humana e reiterar violências e traumas”.

Em sua dissertação de mestrado, Diego busca, por meio da análise de restos testemunhais e narrativa de sobreviventes do genocídio armênio e dos seus descendentes, ampliar o debate sobre essa questão, articulando os conceitos de trauma, desmentido e testemunho.

“Todo testemunho é singular e é ao mesmo tempo uma modalidade de memória. O testemunho pode abrir a possibilidade de criar formas de voz para experiências emudecidas.”

“O trabalho pensa a ética do testemunho como via de resistência frente às consequências do não reconhecimento desse genocídio. Nessa perspectiva, entende-se que o testemunho pode produzir um contorno do trauma produzido por essa catástrofe ao possibilitar circunscrever o real com palavras. O testemunho surge, portanto, como fundamento para a reconstrução da História e das histórias silenciadas por meio do negacionismo. Busquei, por meio dessa pesquisa, dar memória ao evento de maneira a promover elaborações afetivas em um “lembrar ativo” em relação ao passado e, conseqüentemente, um espaço de reconhecimento, possibilidade ao luto e simbolização

de vida. O não-reconhecimento é um fator que continua a assassinar, perpassar e atualizar o genocídio do povo armênio. O genocídio armênio não pode ser silenciado e deixado de lado. Fazer essa pesquisa foi como mergulhar em um lugar incômodo, de muitas dores - não só minhas -, numa tentativa de promover discussões, questionar, analisar e realizar um ato político de não deixar essa temática no esquecimento. Pretendo que esse trabalho sirva para lembrar que as dívidas com o passado continuam a produzir efeitos nefastos e atualizações daquilo que se tenta negar e censurar. As barbáries não podem ser esquecidas para não serem repetidas.”

Testemunhos na construção de práticas antirracistas

Para a Psicologia, a nomeação pela palavra é muito importante também na construção de práticas antirracistas, como nos mostra o conselheiro vice-presidente do CRPRS e presidente da Comissão de Processos Clínicos e Psicossociais, **Ademiel de Sant’Anna Junior** (CRP 07/22834).

“Em muitos momentos, nós, pessoas negras que enfrentamos cotidianamente os efeitos do racismo na pele, sofremos pelo marcador do silêncio como tática de manutenção dos privilégios da branquitude. É preciso compreender que o racismo e o sexismo são opressões estruturantes e herdeiras do colonialismo. No Brasil, especificamente, a estratégia operativa do colonialismo é sustentada por uma “pactuação de silêncio”. No período da escravização, por exemplo, ocorreu um dos primeiros grandes silenciamentos na história do Brasil. O Cais do Valongo servia para separar as pessoas escravizadas, que chegavam nos tumbeiros ao Rio de Janeiro, da população branca da corte. A dinâmica era simples: o que os olhos não veem, o coração não sente. Desse modo, a preocupação da corte não era com as pessoas negras traficadas para o Brasil, mas com o que o contato com elas poderia representar. Instalam-se, então, os silêncios. No entanto, principalmente a partir do feminismo

negro e dos ensinamentos de Patricia Hill Collins, passamos a compreender a importância da “autodefinição” como modo de produzir, para além da narrativa de si. A narrativa para si e para os seus. Tramando uma rede de autocuidado em que nenhuma mulher negra larga a mão de outra mulher negra que não larga a mão das travestis pretas, que não largam a mão dos homens gays pretos. E o uso da palavra, a nomeação dos processos para nosso povo pode significar a ruptura com os “pactos mortíferos de silêncio”. Pois, parafraseando Audre Lorde, mulher lésbica feminista negra: “é preciso falar porque o silêncio não vai nos proteger.”

Saiba mais:

- Leia na íntegra o relato de Caroline Santa Maria Rodrigues sobre a organização do Centro de Hospitalidade em Porto Alegre, em 2013, em crprs.org.br/entrelinhas.
- Para conhecer mais sobre o Museu das Memórias (In)Possíveis e suas coleções, acesse: <https://museu.appoa.org.br>

Da “Boca do Monte” à cidade da Kiss



Gabriel Rovadoschi Barros | CRP 07/29636

Psicólogo, sobrevivente do incêndio na boate Kiss, presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria - AVTSM e integrante do GT Kiss do CRPRS.

“Boca do Monte” é o apelido carinhoso dado à cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul. A alcunha tem origens históricas e geográficas que remontam ao período colonial brasileiro, quando a área era atravessada por tropeiros que se reuniam em uma garganta estreita entre dois morros, que lembrava a forma de uma boca aberta. Com o tempo, a área em torno da garganta se transformou em uma cidade e o apelido permaneceu como uma lembrança do passado e uma forma de identidade e pertencimento à cidade.

A partir de janeiro de 2013, o incêndio da boate Kiss se tornou parte da história e da identidade da cidade, abalando e confrontando a relação de pertencimento entre a cidade e seus habitantes. Desde então, os assuntos relacionados ao incêndio endereçam-se quase que exclusivamente às pessoas envolvidas diretamente com o ocorrido. Desde familiares, sobreviventes e alguns profissionais da saúde que resistem frente às tentativas de silenciamento e apagamento, em que parte da população argumenta que é hora de “deixar isso para trás” e “seguir em frente” e, ainda, que a cidade precisa se concentrar em outras questões, como o desenvolvimento econômico.

Na investigação sobre as causas do incêndio surgiu uma série de falhas e irregularidades, como a falta de fiscalização e de segurança em locais públicos e a corrupção, revelando, ainda, a cultura de negligência e irresponsabilidade que precisava ser confrontada. Os prejuízos causados à saúde mental, em decorrência da tragédia, são incalculáveis. A extensão dos horrores vividos naquela noite contribui para a criação de um “tabu” em relação ao tema Kiss, dificultando tanto a elaboração do trauma



por cada indivíduo afetado quanto a consolidação de uma narrativa compartilhada sobre a tragédia, o que torna o processo ainda mais solitário. Assim, confrontar-se com a história é, de certo modo, inserir-se nos acontecimentos e ter que lidar com a dimensão do indescritível.

A indefinição da Justiça, com a falta de respostas, oferece severos riscos à transmissão das memórias. Ela oculta a história à sociedade e incumbe a seus militantes o dever de carregá-las consigo e de tentar, a seu modo, compartilhar suas vivências na busca por garantias de que tragédias evitáveis não voltem a ocorrer. A impunidade reforça a descrença e desesperança no Sistema de Justiça e na capacidade das instituições de responsabilizar as culpadas (os), contribuindo para uma cultura de negação e esquecimento, na qual as pessoas tentam suprimir o trauma e seguir em frente sem lidar adequadamente com as consequências da tragédia.

A luta incessante por justiça, protagonizada por familiares durante os últimos 10 anos, segue em busca das devidas responsabilizações, confrontando os agentes mantenedores da impunidade e buscando a reconci-

liação da cidade com sua própria história. A segurança e o bem-estar dos cidadãos devem ser sempre uma prioridade. E a tragédia da boate Kiss é uma lembrança dolorosa de que a negligência em relação a esses aspectos pode ter consequências devastadoras.

É importante lembrar que falar sobre a tragédia pode ser uma forma de ajudar na elaboração do luto e do trauma das pessoas afetadas pelo incêndio na boate Kiss. Ao compartilhar suas histórias, sentimentos e emoções, os afetados podem se sentir compreendidos e acolhidos por outras pessoas que passaram por situações semelhantes. Falar colabora para a construção de uma narrativa coletiva que permite que a memória daqueles que perderam suas vidas seja preservada. E que medidas preventivas sejam tomadas para evitar que uma tragédia semelhante aconteça novamente.

Com esse propósito, as diferentes ações em prol da memória e da justiça buscam oferecer ouvidos às diferentes maneiras com que a cidade tem se manifestado sobre a Kiss, convocando a “Boca do Monte” a reconhecer esse episódio para, então, poder falar sobre sua própria história.

Onde você estava no dia

De que forma todos nós estamos ligados à história do incêndio da boate Kiss? Para refletir sobre essa questão, entrevistamos a psicóloga **Bruna da Silva Osório Pizarro** (CRP 07/20208), mestra em Psicologia com ênfase em Psicologia da Saúde, ex-conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e integrante do GT Kiss do CRPRS e do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria.

De que forma tu percebes o teu pertencimento à história e à memória da Kiss se transformar nesses 10 anos?

Bruna Pizarro - Nesses 10 anos, percebo que foram vários momentos diferentes de atuação e de pertencimento. Se partimos da pergunta: “Onde você estava no dia 27 de janeiro de 2013?”, eu estava me sentindo convocada como psicóloga a estar atuando junto a uma tragédia jamais imaginada, que acontecia na cidade para a qual eu vim para estudar, iniciar e fixar meu trabalho e minha vida.

Em 2013, minha atuação estava fortemente vinculada ao CRP e foi deste lugar que atuei e me vi: na gestão, compondo a equipe de organização das atividades do gerenciamento da crise. Participei da Conferência de Proteção e Defesa Civil estadual e nacional, representando a categoria. Dei suporte técnico em outra situação de emergência e desastre fora da cidade e, depois de intensos três anos, me afastei. Precisei me afastar para viver a minha maternidade. E, a cada 27 de janeiro, vinha um outro sentimento, que ainda não conseguia nomear. Eram os outros lugares aos quais eu pertencia e nem mesmo me dava conta. E que, de alguma forma, eu neguei.

Chegando próximo dos 10 anos da Kiss, com um júri anulado, a convocação chegou a mim, nova-

mente. Após a escuta do Gabriel no Coletivo de Psicanálise que integro, entendi que não era só a Bruna psicóloga que viveu isso tudo.

Precisei me reposicionar e me perguntar novamente: “Onde eu estava no dia 27 de janeiro de 2013?”. Agora, de outra forma, eu vi que era também uma mulher jovem, que estava numa festa, e que poderia ter ido à Kiss naquela noite. Que soube do incêndio enquanto ele acontecia, que não quis “ir lá ver”, que negou aquilo que estava acontecendo até chegar o domingo de sol escaldante, junto com a realidade, com a dor, o silêncio e os gritos que perpassavam a cidade. Que perdeu pessoas e que também sofre os efeitos de uma cidade que viveu isso.

Fui convocada, agora, a refletir sobre um trauma que também é meu, independente da minha profissão e lugar de cuidado. Hoje compreendo que meu lugar político, enquanto cidadã, é resgatar a memória, auxiliar na narrativa dessa história. Não dando respostas, mas fazendo perguntas que possam reposicionar as pessoas em meio aos efeitos desse incêndio.

27 de janeiro de 2013?



FOTO: EIXO KISS - COLETIVO DE PSICANALISE DE SM

Eu quero que minha filha, que nasceu em Santa Maria, compreenda o quanto a impunidade não pode ser aceita, o quanto esquecer não é o caminho saudável, pois aquilo que não elaboramos, retorna de alguma maneira. Além disso, quero que ela, todas e todos, estejam seguras/seguros nas nossas boates, que as diferentes esferas se responsabilizem pelo ocorrido, que possamos falar, gritar, expressar nossas dores juntas e juntos para construir esse futuro. Muitas jovens, como eu, poderiam ter seguido suas vidas sem essa brusca interrupção. Não foi um acidente. E o meu pertencer é uma mistura de tudo isso, de todas que eu fui e que sou.

“Hoje compreendo que meu lugar político, enquanto cidadã, é resgatar a memória, auxiliar na narrativa dessa história. Não dando respostas, mas fazendo perguntas que possam reposicionar as pessoas em meio aos efeitos desse incêndio.”

Qual a importância de discutir os efeitos da impunidade e quais as possibilidades de trabalho da Psicologia?

Bruna Pizarro - Muito se escuta que temos que “deixar as pessoas descansarem”. Escutamos muito a pergunta “Até quando?”. Compreendo que é porque temos uma cultura que cala sobre a dor. E que faz o movimento de silenciar sobre a impunidade.

As dores e os sofrimentos gerados pelo incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, explicitam a impunidade e a impunidade fere a humanidade de todas e todos, pois fragiliza a garantia de segurança e justiça que é prevista à sociedade. A impunidade também cria obstáculos na transmissão da memória e potencializa a dimensão traumática de um desastre. Essa potencialização torna o sofrimento contínuo e incessante, debilitando a saúde mental das pessoas afetadas. Então, ao lembrarmos deste incêndio, honrarmos as vítimas, abrimos espaço para a elaboração desse trauma, lutamos por justiça e pela responsabilidade de todas as esferas envolvidas.

Há alguns meses temos trabalhado no Eixo Kiss, do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria, a pergunta “Onde você estava no dia 27 de janeiro de 2013?”. Entendemos que tem sido por meio dela que as pessoas, ao longo desses 10 anos, começam a falar sobre o incêndio na boate Kiss. Ela é um ponto de partida comum para quem vive ou já viveu em Santa Maria ou não. Essa pergunta pertence a nós e a esse acontecimento e carrega a potência de ligar cada um de nós a ele.

“Onde você está/estava?” nos posiciona em dois tempos simultaneamente. Podemos ler “onde você estava”, remetendo ao passado e, no ato de enunciar a pergunta no presente, podemos ler “onde você está?” frente a este acontecimento. É uma pergunta que nos convoca a olhar para o lugar geográfico em que estávamos naquela terrível madrugada, mas sobretudo, do nosso lugar subjetivo e de como nos afetamos por tudo que aconteceu e ainda está acontecendo. Ela nos convoca a nos olharmos de dentro e não de fora da tragédia.

Portanto, esta pergunta leva a pessoa que inicialmente não se sente “parte” da tragédia a resignificar o seu lugar no âmbito coletivo. Se reconhece aqui um lugar comum, mesmo com todas as diferenças de experiências e formas de lidar com a dor e sofrimento frente a um mesmo acontecimento.

Em setembro do ano passado, o Eixo Kiss endereçou à comunidade um formulário para quem quiser responder a essa pergunta. Os retornos que temos obtido nos mostram como um evento traumático, esse acontecimento que rompe radicalmente com o arranjo dos modos habituais de vida, pede por um trabalho de compreensão e reconstrução – singular e coletivo – dos nossos mundos. Essa pergunta mostra a força da linguagem, que mesmo em situações extremas resiste, quando escutada e tomada na sua importância.

Essa pergunta se torna ainda mais importante de ser lembrada diante da falta de responsabilização no âmbito da lei. A esperança depositada na cena judiciária converteu-se em descrédito. A impunidade fragiliza as garantias de segurança e Justiça previstas na sociedade. As lutas assumidas por sobreviventes, familiares, amigos e profissionais envolvidos, com o tempo, passaram a ser questionadas e rechaçadas por aqueles que não querem ver as cinzas que o incêndio ainda deixa. Frases ilusórias dirigidas aos grupos que lutam nesses 10 anos, de que superem totalmente o que aconteceu, é um exemplo dessas contestações simplistas que denunciam a dimensão traumática de uma impunidade na esfera coletiva.

Não podemos confundir superação com elaboração de perdas, nem com silenciamento. O que não podemos falar, não podemos compreender. Precisamos colocar a pergunta a quem rechaça os movimentos de luta de maneira a incluirmos essas pessoas no processo, de maneira a convocá-las a se sentirem pertencentes a ele. O trabalho de luto e elaboração somente poderá ser processado singularmente se houver reconhecimento social.

Como o Coletivo de Psicanálise de Santa Maria vem trabalhando com os efeitos do incêndio na Boate Kiss?

Bruna Pizarro - Muitos foram e são os efeitos dessa tragédia para Santa Maria. Uma cidade que ficou com essa marca, conhecida pelo mundo inteiro. É um acontecimento que não passa sem efeitos. Foram vários momentos diferentes, nestes 10 anos. De atuação, acolhimento, gestão de políticas públicas, homenagens, cobrança da responsabilização do incêndio, júri anulado, dentre outros.

O “tamanho da tragédia” pontua que a luta contra o esquecimento é diária e é uma tarefa coletiva! Neste sentido, o Coletivo entra também na segurança para o futuro, em sabermos que nossos filhos e filhas podem sair, se divertir, e que voltarão com segurança às suas casas. Só assim poderemos garantir uma sociedade mais segura e justa para todos.

O Coletivo de Psicanálise cria o Eixo Kiss, com o objetivo de fazer memória, abrir espaço para os testemunhos e trabalhar na conscientização da população sobre essa responsabilidade coletiva.



Eixo Kiss

O Eixo Kiss continua acolhendo testemunhos pelo e-mail eixokiss@gmail.com e pelo formulário <https://bit.ly/ondevoceestava>.

A partir de outubro de 2022, o Eixo Kiss organizou e promoveu, em parceria com a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), além de parceiros como a TV Ovo, intervenções na fachada da boate Kiss. É uma forma de chamar a atenção da sociedade para esta luta, uma tentativa de fazer furo neste “muro” que separa os que viveram a tragédia de forma direta e os afetados de diferentes formas.

A primeira intervenção se deu a partir da pergunta “Onde você estava no dia 27 de janeiro de 2013?”, que representa um elo, o enlace que coletiviza essa memória. A proposta foi de sensibilização e implicação da sociedade frente a esse acontecimento, que foi coletivo.

Na segunda intervenção do Coletivo, o convite foi: “Você compartilha sua palavra?”. Em um fio estendido na fachada da boate Kiss, quem se sentisse convocada/o poderia compartilhar sua palavra compondo um varal de registros e solidariedade. Empréstimo a palavra para o que é impossível de ser dito frente ao real da morte.

Em dezembro de 2022, a iniciativa “242 histórias em estrelas” propôs a colagem de 242 estrelas com mensagens de crianças, pensando o compromisso com a transmissão transgeracional do trauma. Atendendo ao pedido da AVTSM e do Eixo Kiss, a Prefeitura Municipal de SM incluiu o quarteirão da Kiss na iluminação natalina com estrelas.

Em janeiro de 2023, na programação do evento “Boate Kiss 10 anos, resgatar a memória é construir o futuro”, foram feitas colagens nas calçadas de mais de 500 frases e fotografias em preto e branco do fotógrafo Dartanhan Baldez Figueiredo, que acompanha os movimentos de luta nesses 10 anos, compondo um caminho da Praça Saldanha Marinho até o prédio da boate Kiss.

A intervenção foi inspirada pelo memorial às vítimas do Holocausto: “Pedras do Tropeço”. As frases devolvidas à sociedade foram: Calar é descansar? Calar uma dor torna ela pequena? Esquecer é descansar? Você sabia que são mais de 600 sobreviventes? Como Santa Maria elabora o trauma da boate Kiss? Temos responsabilidade coletiva frente a essa dor? Como elaborar uma perda sem lembrar? Você se sente pertencente à tragédia da Kiss? Como estamos transmitindo este fato sem falar nele? As fotos se tratavam de imagens de mãos dadas e abraços que o fotógrafo registrou nos 10 anos de movimentos de luta.

Resiliência Comunitária e suas contribuições ao campo de atuação com emergências e desastres

Eventos adversos, tais como enchentes, tsunamis, terremotos, incêndios, pandemias e chacinas, têm feito parte do nosso cotidiano. A nossa vivência pessoal, assim como o acesso às mídias diariamente, mostram o quão frequentes têm sido esses eventos.

Em linhas gerais, são eventos que causam não somente a perda de vidas, mas atentam contra a integridade física das pessoas, causam danos materiais e perdas econômicas, além de um profundo impacto emocional nas pessoas, comunidades e equipes de primeiros socorros, consequências que podem durar muito tempo e interferir na posterior reconstrução da comunidade afetada (Alamo, 2007).

Olhar para esses eventos pela lente da Resiliência Comunitária, conceito pouco conhecido por psicólogos/os, implica entender os processos pelos quais uma comunidade, com todas as suas forças e vulnerabilidades, lida com o impacto de uma situação adversa coletiva, sendo capaz de se transformar a partir dela (Ojeda, 2005).

Ou seja, trata-se de um ampliação de olhar, que busca ver os efeitos dos eventos adversos não apenas da perspectiva individual, mas da perspectiva comunitária; e não apenas pela lógica das vulnerabilidades ou consequências negativas destes eventos, mas valorizando as estratégias de organização comunitária no sentido de mobilizar recursos e capacidades para promover transformações físicas e sociais na comunidade.

Importante salientar que a Resiliência Comunitária é um fenômeno que pode ser promovido, considerando a responsabilidade tanto da comunidade em si, vista em

toda sua complexidade e potencialidade para transformação, quanto dos agentes externos (profissionais, governo e terceiro setor), responsáveis por oferecer recursos físicos, econômicos e sociais que tornem as comunidades mais hábeis para enfrentar as adversidades.

O potencial de uma comunidade de se recuperar de uma adversidade dramática, sustentar sua adaptação e apoiar um novo crescimento que integra as lições aprendidas com a crise depende de três fatores: 1) forças comunitárias nutridas antes do evento estressor; 2) recursos significativos disponíveis para a comunidade, oferecidos pelo governo e ONGs; e 3) capacidade comunitária para usá-los em benefício comum. Percebam que se trata de uma visão abrangente, que considera a interface da comunidade com sistemas mais amplos (governo, sociedade civil, etc.) e que, de forma alguma, coloca apenas no nível comunitário e nos seus recursos internos a responsabilidade pelo enfrentamento das adversidades.

Em um importante artigo de revisão integrativa da literatura nacional e internacional, Oliveira e Moraes (2018) buscaram descrever os conceitos de Resiliência Comunitária trabalhados nos artigos, as principais adversidades citadas e os fatores relacionados a esse fenômeno. As autoras verificaram que duas tradições no estudo do fenômeno se destacam: a norte-americana e a latino-americana. Buscando fazer uma síntese de tais tradições, propuseram a sistematização de três fatores que estão relacionados à resiliência comunitária. São eles: **Capital social:** formado pelas redes de suporte social que o indivíduo pode acessar, sejam redes informais (amigos, vizinhos e familiares) ou estruturas formais de apoio social, como equipamentos sociais e ONGs.



Normanda Araújo de Morais

I CRP 11/07022

Psicóloga formada pela UFRN. Mestre e Doutora em Psicologia pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNIFOR. Coordenadora do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, famílias e comunidades (LESPLEXOS).

Email: normandaaraujo@gmail.com

Infraestrutura: acesso a transporte público, espaços de lazer, saúde, educação e suporte social de qualidade.

Laços culturais: diz respeito à valorização e vivência de costumes, crenças e normas locais, orgulho étnico, práticas e rituais tradicionais.

A tradição de estudos em resiliência comunitária no contexto brasileiro é incipiente. No entanto, vale mencionar a iniciativa de produções importantes que podem se configurar como uma inspiração para quem deseja conhecer e/ou aprofundar os estudos nesse campo. Menciono aqui o capítulo escrito por Zappe, Yunes, e Dell'Aglio (2015) sobre o incêndio da boate Kiss; o capítulo de Morais, Figueiredo, Rodrigues e Santos (2015) sobre o contexto da seca no Nordeste brasileiro; e o artigo de Oliveira e Morais (2019) sobre uma comunidade de Fortaleza, no Ceará, que teve

origem em uma ocupação urbana e se caracteriza por baixos indicadores sociais.

Em todas as produções mencionadas, as autoras sublinham o grande potencial de contribuição teórica e prática desse conceito para a superação de adversidades comuns ao contexto comunitário brasileiro, como a seca, violência urbana, desigualdade social, etc., que são tradicionalmente menos enfatizados nos estudos internacionais. Estes, habitualmente, estão mais focados em outros desastres, como enchentes, tornados, furacões, tempestades, etc.

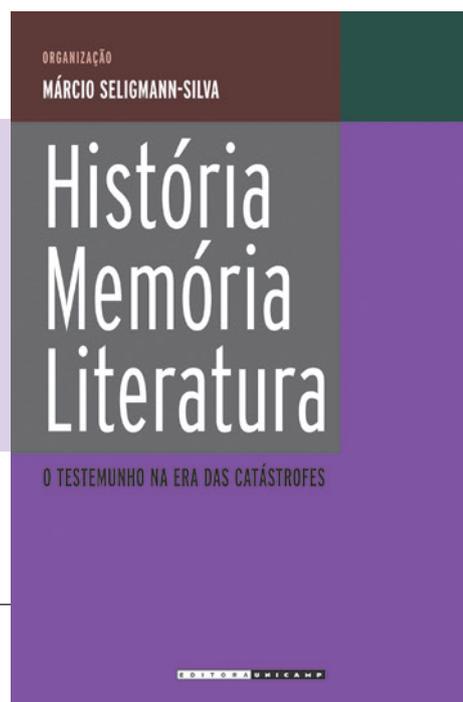
Fica o convite e o desafio para que possamos nos aproximar cada vez mais do conceito de Resiliência Comunitária e para que possamos basear nossas intervenções em seus pressupostos.

Referências

- Alamo, S. V. (2007). *Psicologia em emergências y desastres: una nueva especialidad*. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos10/emde/emde.shtml>
- Morais, N., Figueiredo, D., Rodrigues, T., & Santos, R. (2015). "Mandacaru quando fúlor na seca": Um estudo sobre processos de resiliência vividos por moradores do sertão cearense. In R. Coimbra & N. Morais (Eds.), *A resiliência em questão: Perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção* (pp. 195-214). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Ojeda, E. (2005). Uma concepção latino-americana: A resiliência comunitária. In A. Melillo & E. Ojeda (Eds.), *Resiliência: Descobrimo as próprias fortalezas* (pp. 47-57). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Oliveira, A. T. C. & Morais, N. A. (2019). Community resilience: a case study of a community of Fortaleza, CE. *Temas em Psicologia*, 27(3), 779-793. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2019>.
- Oliveira, A. T. C., & Morais, N. A. (2018). Resiliência comunitária: um estudo de revisão integrativa da literatura. *Temas em Psicologia*, 26(4), 1731-1745. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.4-02Pt>
- Zappe, J. G.; Yunes, M. A. M. ; & Dell'Aglio, D. D. (2015). *Psicologia dos desastres e resiliência comunitária: reflexões sobre o incêndio da boate Kiss em Santa Maria*. In R. Coimbra & N. Morais (Eds.), *A resiliência em questão: Perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção* (pp. 215-229). Porto Alegre, RS: Artmed.

Nos desfiladeiros da historiografia

Diego Aram Meghdessian Bedrosian | CRP 07/35263
 Psicólogo, Mestrando em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS).



O livro organizado por Márcio Seligmann-Silva “História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes”, publicado em 2003 pela editora da Unicamp, reúne ensaios de autores de diferentes campos teóricos dedicados ao estudo do testemunho e da memória a partir dos desafiadores interrogantes da literatura do século XX. Sem dúvidas, a questão sobre a qual se debruçam os autores indica as urgências do nosso tempo, demonstrando a função fundamental exercida pela literatura e pelas expressões artísticas em geral de denunciar o insustentável no laço social, o que é traduzido pela caneta dos autores dos ensaios, quase em uníssono, como um problema de ordem ética.

A fragilidade da reconstrução da História é apresentada como um pontapé inicial, abertura para o texto e primeiro convite ao leitor que chega às produções que se reúnem nesta obra. Nos desfiladeiros da historiografia, os testemunhos indicam a inexistência de um discurso que consiga, por sua estrutura, esgotar a dor, e que seja capaz de revestir e recobrir a experiência das catástrofes vividas desde o século passado.

Os métodos da historiografia passam então a ser questionados: se assume a historiografia como um mé-

todo de investigação que acessa, coleta e integra informações e dados oficiais para então compor uma malha que seja qualificada de história. Então, qual espaço é reservado para o testemunho?

Assume-se, portanto, que “a historiografia trabalha em um campo tão infinito quanto o da memória (pág. 17)”, de modo que não exista correspondência entre discurso e “fato” histórico. Nessa incontornável tensão entre testemunho e fato histórico, desvela-se que um extrapola o outro e vice-versa, já que no testemunho o fato se revela trans-histórico. “Mas sem o testemunho o fato não pode ser reunido, a menos que se negligencie a sua natureza lacunar” - para retomar Didi-Huberman (2012).

Nesta obra, os autores enfrentam um desafio de expor análises em torno de um tema que ainda encontra-se pouco abordado no contexto brasileiro. E abrem questões que merecem revisões e ampliações acerca destes estudos importantíssimos, que podem contribuir com o enfrentamento de questões que tocam os direitos humanos, violências, silenciamentos e apagamentos históricos. Dessa forma, esta obra mostra-se urgente e necessária para discutir questões que atualizam-se no nosso contemporâneo.

Kiss: a história que não pode ser esquecida para que nunca mais se repita

Eliana Sardi Bortolon | CRP 07/10559

Psicóloga, conselheira do CRPRS e integrante do GT Kiss do CRPRS.

Onde você estava em 27 de janeiro de 2013?

Essa pergunta, que tem ecoado em cada pessoa que se dispôs a refletir sobre o incêndio ocorrido na cidade de Santa Maria, no qual 242 jovens morreram, dá a dimensão do efeito da tragédia na vida de cada pessoa, mas principalmente da sociedade. Em 2018 foi publicada uma extensa investigação, característica dos textos da premiada jornalista Daniela Arbex. Dez anos depois do incêndio, temos as cenas retratadas em duas séries. O lançamento destas, pela Netflix e Globoplay, geraram debate e opiniões diversas.

“Todo dia a mesma noite, a história não contada da boate Kiss”, é o livro de Daniela Arbex, que faz da obra uma homenagem às vítimas. Ao nomear as vítimas, Daniela subjetiva o fato, pois os números passam a ter história, família, sonhos interrompidos. Ao descrever esses fatos, a partir das narrativas de quem os viveu,

Daniela conta o drama de quem fez o que não estava preparado para fazer, trabalhando no socorro e nas consequências do incêndio. Ler cada página, refletindo sobre os difíceis lugares que foram sendo assumidos por todas as equipes que se envolveram no atendimento do incêndio, atendendo feridos e entregando os corpos às famílias, ajuda a entender o chamado de que esse episódio não pode se repetir, nunca mais. Vale a leitura, experimentando a empatia, para que a história possa seguir sendo contada.

Desse livro, surge a série da Netflix “Todo dia a mesma noite”, que atinge recordes de audiência. A série de cinco episódios apresenta a descrição dos fatos, com cenas marcantes, o que incomodou algumas pessoas. Ao apresentar as histórias familiares, as vidas dos jovens que saem de suas casas para uma noite de diversão, comove quem assiste. São histórias de famílias comuns, com sonhos e afetos interrompidos. A tentativa de invalidar o apresentado, afirmando sensacionalismo, corrobora com a ideia de que, se não contarmos, a história não aconteceu. Sabe-se que a verdade pode ser dura, causar dor, mas segue precisando ser dita e contada para que tragédias como a da Kiss não se repitam.

Na mesma perspectiva, o jornalista Marcelo Canelas dirige e apresenta o documentário “Boate Kiss - a tragédia de Santa Maria”, que traz cenas reais, o que mais uma vez causa polêmica. O jornalista humaniza a narrativa, se colocando na história, como morador e estudante de Santa Maria. Entrevista personagens da vida real, familiares e sobreviventes que contam os impactos do incêndio nas suas vidas. Em cinco episódios são apresentados os fatos e analisados os efeitos da tragédia, que segue impune. Impunidade, aliás, que tem efeitos psíquicos, individuais e coletivos. Pode-se dizer que a Psicologia tem como responsabilidade compreender os efeitos da impunidade nas pessoas. Contar as histórias, seus desdobramentos, contribui para o enfrentamento da impunidade, que causa dor e sofrimento.



O trabalho voluntário e a atuação nas emergências e/ou desastres

Evoluímos substancialmente ao longo das últimas décadas, da condição de pensarmos uma Psicologia das emergências e dos desastres para uma Psicologia que pode gerenciar riscos e vulnerabilidades (CREPOP 2021).

Alguns desastres ocorridos no território nacional, entre eles acidentes aéreos e o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria/RS, em 2013, impulsionaram o Conselho Federal de Psicologia (CFP) no sentido de contribuir com a categoria a fim de refletir sobre o posicionamento profissional. O objetivo é cooperar com as demandas que emergem nessas situações. Dessa forma, o CFP lançou a primeira Nota Técnica sobre o tema em 2013 (Nota Técnica sobre a atuação de psicólogas/os em situações de emergências e desastres), posteriormente revisada e publicada em 2016.

A Nota Técnica de 2013 ressalta a importância da atuação da Psicologia de forma integrada como norteadora das ações da/o psicóloga/o, em articulação com a



política de Defesa Civil. Também dimensiona a condição do trabalho voluntário. Reforçou a importância de que profissionais da Psicologia, contratadas/os ou voluntárias/os, estão submetidas/os às determinações do Código de Ética e a outras regulamentações normativas da categoria (CFP/ 2013). A Comissão de Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, que funcionou de 2015 a 2017, no CFP, revisou a nota, publicando-a em 2016. Inseriu a concepção da Gestão Integral e considerou os avanços da política pública da Proteção e Defesa Civil (CFP, 2016). A revisão também salientou a importância da Psicologia no campo dos Riscos, Emergências e Desastres estar vinculada às políticas e estratégias do SUS e SUAS (CREPOP 2021).

A atividade de voluntária/o em situações de emergência e/ou desastre constitui-se uma forma de assistência profissional, diretamente vinculada a um princípio de cidadania, de reconhecimento, valor e obrigação profissional frente à sociedade (CREPOP 2021). O voluntariado não pode ser assumido apenas pelo desejo de “querer ajudar”, mas deve respeitar os procedimentos profissionais possíveis de serem executados naquela situação. Ao prestar serviços voluntários, a/o psicóloga/o não se exime das responsabilidades previstas no Código de Ética Profissional da/o psicóloga/o (CEPP), entre elas, a de assegurar a qualidade na prestação dos serviços (Revista Entrelinhas nº 62).



Saiba mais:

- Nota Técnica sobre atuação de psicólogas/os em Situações de Emergências e Desastres – 2013
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/NOTA-T%C3%89CNICA-SOBRE-ATUA%C3%87%C3%83O-DE-PSIC%C3%93LOGA-O-EM-EMERG%C3%84NCIAS-E-DESASTRES.pdf>
- Nota Técnica sobre atuação de psicólogas/os em Situações de Emergências e Desastres (revisada) – 2016
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf>
- Referências técnicas para atuação de psicólogas/os na gestão integral de riscos, emergências e desastres, publicada pelo CREPOP em 2021
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf
- Revista Entrelinhas nº 62
<https://crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/aOcaO-arquivo62.pdf>

Nesse sentido, cabe destacar alguns excertos do Código de Ética, que se destacam no contexto do trabalho voluntário. Conforme prevê o artigo 2º, no trabalho voluntário a/o psicóloga/o não pode “induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços” (Artigo 2º, alínea i, do CEPP) e nem “desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional” (Artigo 2º, alínea l, do CEPP). Ainda, é vedado à/o psicóloga/o “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (Artigo 2º, alínea b, do CEPP; NT CFP 2016).

Mesmo sendo um serviço voluntário, as questões de sigilo, confidencialidade e de respeito à pessoa atendida estarão presentes, como em qualquer atividade profissional, e deverão levar em consideração as condições e momento em que ocorreram os atendimentos (Revista Entrelinhas nº 62).

Sendo as intervenções psicológicas em situações de riscos e de desastres uma atividade profissional, é importante que os acordos de prestação de serviços respeitem os direitos da pessoa usuária ou beneficiária de serviços de Psicologia, que sejam fornecidas informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional, orientado sobre os encaminhamentos realizados e, sempre que solicitado, sejam fornecidos os documentos pertinentes ao trabalho (Artigo 1º, alíneas e, f, g e h, do CEPP; NT CFP 2016).

Mesmo em situações de emergências e desastres é imprescindível o registro documental dos atendimentos realizados que, além de ser um procedimento obrigatório (Resolução CFP nº 01/2009), pode servir como instrumento útil à produção e ao acúmulo de conhecimento científico, à pesquisa e ao ensino (NT CFP 2016).

Nos casos de emergência e desastre, a/o psicóloga/o deve tomar o cuidado de não revitimizar ou patologizar as pessoas afetadas, buscando sempre a promoção da saúde e sua autonomia. O voluntariado não pode ser uma prática oportunista, com a finalidade de aprendizado ou como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A/o psicóloga/o voluntária/o está em pleno exercício profissional, sob o qual incide o compromisso ético e legal de uma profissão regulamentada.

Nos casos de emergência e desastre, a/o psicóloga/o deve tomar o cuidado de não revitimizar ou patologizar as pessoas afetadas, buscando sempre a promoção da saúde e sua autonomia. O voluntariado não pode ser uma prática oportunista, com a finalidade de aprendizado ou como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A/o psicóloga/o voluntária/o está em pleno exercício profissional, sob o qual incide o compromisso ético e legal de uma profissão regulamentada.

Área Técnica do CRPRS

- **Psicólogos Fiscais:** Adriana Dal Orsoletta Gastal (CRP 07/6952), Antonieta Martins Lopes Bridi (CRP 07/23600), Flávia Cardozo de Mattos (CRP 07/15863), Geovana da Silva Ferreira (CRP 07/26815) e Leticia Giannechini (CRP 07/12222).
- **Psicólogo Fiscal:** Lúcio Fernando Garcia (CRP 07/8011).



CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Referência Técnica oferece suporte na gestão integral de risco

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa criada em 2006 que tem como objetivo qualificar a atuação profissional num cenário da inserção de psicólogas/os nas políticas públicas brasileiras, por meio da publicação de referências técnicas. Em 2022, o CREPOP foi instituído como setor permanente do Sistema Conselhos de Psicologia, fato que possibilitou autonomia aos Conselhos Regionais para a realização de pesquisas locais, além das pesquisas anuais deliberadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Todo trabalho realizado anteriormente pelo Sistema Conselhos de Psicologia no campo foi levado em consideração para a construção da Referência Técnica para atuação de psicólogas/os na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, em outubro de 2021.

A atuação das/os profissionais de Psicologia em casos de emergência ou desastre é discussão do Sistema Conselhos há mais de uma década, sendo que a primeira nota técnica sobre o assunto foi publicada em 2013 e revisada em 2016. Essa atualização já ressaltava a Gestão Integral em Situações de Riscos, Emergências e Desastres, levando-nos à atual compreensão de que desastres são resultado do crescimento e transformação da sociedade, quando não há o gerenciamento adequado de riscos. Estes são produzidos por fatores socioambientais, econômicos e culturais relacionados ao modo como se produzem vulnerabilidades e a como se vivenciam ameaças aos desastres.

A Referência Técnica para a atuação de psicólogas/os na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres propõe suporte teórico e técnico às/aos profissionais implicadas/os na área. Para isto, realiza uma retomada histórica da compreensão do que são desastres e sobre como a Psicologia foi adentrando o campo e explorando algumas especificidades do tema em questão. Os cuidados específicos com relação às pessoas refugiadas, o contexto da pandemia e a importância do desenvolvimento de ações preventivas também são contemplados na Referência Técnica. Desta forma, a edição constrói um subsídio político no que se refere à atuação de psicólogas/os engajadas/os na Psicologia na Gestão de Riscos, na qual atuam e nas demais complexidades de suas práticas.

Luis Henrique da Silva Souza | CRP 07/31246
Conselheiro referência do CREPOP/RS.

Jéssica Prudente | CRP 07/19326
Conselheira referência do CREPOP/RS.

Gabriel Alves Godoi | CRP 07/28161
Assessor técnico de políticas públicas do CREPOP/RS.

Jéssica Helena Erguy Carrabba
Estagiária, acadêmica de Psicologia.

Agenda da Psicologia

Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar do HCPA

Início em 2023 - Porto Alegre/RS
 🌐 fundmed.org.br/ensino
 📞 (51) 3359-8507
 ✉ manton@hcpa.edu.br

Os mediadores no processo de luto

De 26/04 a 31/05/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br/br/os-mediadores-no-processo-de-luto
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

25º Curso: Teste Palográfico Avançado Interpretação

27/04/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99964-4919
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

47º Curso: Capacitação em Avaliação Psicológica Porte de Arma

De 03/05 a 25/05/2023 - módulo 1 ao 8
 Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99964-4919
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

21º Curso: Perguntas para Seleção. Como fazer? (mais de 300 perguntas)

04/05/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99964-4919
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

Tratamento Cognitivo Comportamental para a ansiedade social: o programa IMAS com certificação internacional

05 e 06/05/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br/br/tratamento-cognitivo-comportamental-para-a-ansiedade-social-o-programa-imas-com-certificacao-internacional
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

24º Curso: Avaliação Psicológica Orientação Profissional (vocacional)

11 e 12/05/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99964-4919
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

2º Curso: Avaliação Psicológica no Trânsito

29 e 31/05/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99964-4919
 🌐 nucleomedicopsicologico.com.br
 ✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

Psicoterapia analítica funcional

02 e 03/06/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br/br/psicoterapia-analitica-funcional
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

23º Congresso de Stress da ISMA-BR, 25º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, 15º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e 15º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público

De 20 a 22/06/2023 - Porto Alegre RS
 📞 (51) 3222-2441
 🌐 eventos.ismabrasil.com.br
 ✉ stress@ismabrasil.com.br

Introdução às Intervenções Assistidas por Animais

21 e 22/07/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br/br/introducao-as-intervencoes-assistidas-por-animais
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

Litoral entre Psicanálise e Neurociências: pesquisas clínicas

18 e 19/08/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99766-7377
 🌐 clinchorizontes.com.br
 ✉ contato@clinchorizontes.com.br

Treinamento nível 1 - Externship: Terapia focada nas emoções com casais (EFT)

De 13 a 16/09/2023 - Porto Alegre/RS
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

Um guia contextual de Ciência Comportamental para a compreensão do self

08 e 09/12/2023 - On-line
 📞 (51) 99420-7008
 🌐 cefipoa.com.br/br/um-guia-contextual-de-ciencia-comportamental-para-a-compreensao-do-self
 ✉ comunicacao@cefipoa.com.br

Injustiça e impunidade no caso Kiss



242 pessoas morreram e até hoje ninguém foi responsabilizado. O caso do massacre da boate Kiss chocou o Brasil e o mundo, que acompanharam perplexos enquanto centenas de corpos de jovens eram retirados da boate e suas mães discavam os números dos seus filhos, que jamais voltariam a atender.

Todos nós lembramos onde estávamos naquele domingo, 27 de janeiro de 2013. Dezenas de sobreviventes lutaram pela vida nas unidades de queimados dos hospitais, por semanas e meses. No total, o número foi estupeficante: 242 vítimas fatais e 636 sobreviventes.

A luta por justiça, encabeçada por mães e pais que se tornaram ativistas e defensoras e defensores de direitos humanos, estava apenas começando. Em 2023, 10 anos se passaram e eles ainda clamam por justiça frente à absoluta impunidade que impera no caso Kiss.

Apesar das proporções gigantescas de direitos violados e do dano causado, ninguém foi punido. O Sistema Judicial Brasileiro parece não estar preparado e não deseja punir pessoas envolvidas em grandes tragédias, já que a impunidade é uma realidade em casos como Mariana, Brumadinho, CT do Flamengo, acidente da TAM e outros.

Por um lado, as autoridades públicas acabam sendo eximidas de responsabilidade pelas instituições que deveriam processá-las; por outro, os particulares são protegidos por sua condição de gerentes ou empresários de empresas privadas, escondidos que ficam sob o manto de que “não desejaram” o evento fatídico e de que estavam apenas administrando o empreendimento.

No caso Kiss não foi diferente. Para a revolta dos familiares das vítimas, o Ministério Público Estadual (MPRS) arquivou inquéritos e impediu a investigação judicial das autoridades da prefeitura de Santa Maria, isentando de responsabilidade o prefeito, secretários e fiscais. Ao fazer isso, o MPRS violou o direito à justiça das vítimas e esgotou as ações e os recursos que o Sistema Judicial Brasileiro oferecia para a responsabilização dos agentes públicos, impondo a impunidade pública no caso.

Por essa razão, apresentamos uma denúncia internacional perante à Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso Kiss, que está em tramitação.

No âmbito dos particulares envolvidos, o Ministério Público denunciou criminalmente apenas os proprietários Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos e o produtor Luciano Bonilha Leão, da banda Gurizada Fandangueira. Passaram-se 9 anos depois do incêndio para que o julgamento desses quatro réus ocorresse. Em 10 de dezembro de 2021, os jurados os condenaram. Poucos meses depois, o júri foi anulado pelo Tribunal de Justiça do RS. Pendem recursos no STJ e STF, pedindo a reversão daquela anulação.

As famílias e as vítimas sempre buscaram a responsabilização de todos os envolvidos. Mas, com o passar dos anos, foi se criando na opinião pública uma ideia



de que as autoridades públicas seriam as “principais responsáveis” pelo crime e, como consequência disso, os particulares envolvidos não teriam responsabilidade.

Ora, a participação pública no caso não pode eximir de responsabilidade as pessoas privadas que agiram diretamente para que as mortes ocorressem. Foram os proprietários da Kiss que eliminaram as portas de saída de emergência, que retiraram os extintores de incêndio – porque não eram esteticamente agradáveis –, que não instalaram luzes de emergência. A única iluminação branca que havia era a que guiou os jovens levando-os para os banheiros, onde dezenas de pessoas morreram umas sobre as outras. Foram os donos da Kiss que determinaram a entrada de mais de 1.200 pessoas num local onde cabiam 600.

A impunidade dos proprietários e responsáveis privados pelo massacre da Kiss é tão acintosa quanto a impunidade dos agentes públicos. Ambas constituem grave violação de direitos humanos e pavimentam o caminho para a repetição dos fatos: a responsabilização é um alerta a outros empresários de que precisam agir ativamente para a preservação da vida humana e que, quando não o fizerem, serão punidos. Ao contrário, a impunidade informa a todas e todos que as vidas das pessoas sob sua responsabilidade não importam.

A impunidade termina por violar os direitos à verdade, memória e justiça. Na medida em que não há uma versão oficial de responsabilização, não se constitui a verdade sobre o ocorrido, e os familiares precisam seguir repetindo que seus filhos não foram os responsáveis por suas próprias mortes, nem os sobreviventes por aquilo que viveram e pelos traumas e consequências que levarão para o resto da vida consigo.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o direito à verdade tem uma dupla dimensão: individual e coletiva. Não apenas o direito das vítimas é violado, mas também o direito de toda a sociedade brasileira de saber a verdade dos fatos, de saber quem foram os responsáveis e em que medida contribuíram para o ocorrido.

É preciso sanar e reparar essas graves violações, e a justiça é o passo imprescindível para isso.

Tâmara Biolo Soares

Representante da Associação das Vítimas da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É Mestre em Direito pela Universidade de Harvard, Mestre em Políticas Públicas pela UFRGS, foi advogada na Corte Interamericana de Direitos Humanos e atualmente é coordenadora de Projetos de Prevenção à Violência do Instituto Cidade Segura.

SER E FAZER PSI:

composições do cotidiano de trabalho da Psicologia no Sistema Prisional

A coletânea, organizada pelo Núcleo do Sistema Prisional do CRPRS, será lançada em junho. Aguarde!



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE |
| <input type="checkbox"/> RECUSADO | <input type="checkbox"/> CEP |
| <input type="checkbox"/> FALECIDO | <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N° INDICADO |
| <input type="checkbox"/> AUSENTE | <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

____/____/____

RESPONSÁVEL